

CT/PR/GB/Nº 01/2012

Brasília, 20 de janeiro de 2012.

À REVISTA VEJA

Caixa Postal 11.079

Fax (11) 3037-5638

05.422-970 – São Paulo – SP

Em resposta ao artigo publicado na revista VEJA, edição do dia 18/01/12, intitulado “Nós, os cegos”, assinado pelo Senhor J.R. Guzzo, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf, Empresa Federal de Desenvolvimento Regional, contesta os fatos apresentados.

O artigo demonstrou total desconhecimento da atuação da Codevasf, não levando em consideração, inclusive, a realidade do semiárido brasileiro; região marcada pela irregularidade das chuvas, longos períodos de secas e com fortes deficiências hídricas nos rios, solo e ecossistema. A região representa 18% do território nacional e abriga 29% da população do País. Possui uma extensão de 858.000 km², representando cerca de 57% do território nordestino, sendo que a área designada como o Polígono das Secas (ocorrência de secas periódicas) é estimada em 1.083.790,7 km².

No semiárido vivem cerca de 18,5 milhões de pessoas, com destaque para o fato de que 8,6 milhões pertencem à zona rural, caracterizada por alta vulnerabilidade, com índices de qualidade de vida muito abaixo da média nacional. Histórica e socialmente marcado pelas duradouras contradições e injustiças sociais, essa região tem seus indicadores sociais nas áreas de saúde, educação e renda, considerados como os piores em relação à média nacional. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000 mostra que 81,8% dos municípios do semiárido brasileiro, com 61,7% da população, têm baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nenhum município do semiárido está na faixa mais elevada do IDH (entre 0,800 e 1,000).

Fundada em 1974, a Codevasf é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que promove o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba. Com a Lei nº 12.196, sancionada em 14 de janeiro de 2010, passou a atuar também nos vales dos rios Itapecuru e Mearim, no estado do Maranhão.

Na Bacia do São Francisco encontram-se 6 superintendências da Codevasf, a saber:

1ª Superintendência - compreende os estados de Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás, com um total de 244 municípios atendidos.

2ª Superintendência - Bahia: 89 municípios.

3ª Superintendência - Pernambuco: 69 municípios.

4ª Superintendência - Sergipe: 28 municípios

5ª Superintendência – Alagoas: 49 municípios

6ª Superintendência – Bahia: 26 municípios

Na Bacia do Parnaíba localiza-se a 7ª Superintendência, abrangendo os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, atuando em 279 municípios. Itapecuru e Mearim no Maranhão, somam 111 municípios atendidos pela Codevasf. A 8ª Superintendência Regional está em processo de instalação em São Luiz-MA.

Isto compreende 10 estados e o Distrito Federal, com 894 municípios, e uma população beneficiada, da ordem de 23,3 milhões de habitantes, dos quais, 48% encontram-se no semiárido (395 municípios e população de 7,4 milhões de habitantes).

Os Perímetros de Irrigação da Codevasf produzem cerca de US\$ 500 milhões de dólares em alimentos todos os anos. A agricultura irrigada promove o crescimento econômico e a qualidade de vida da população. Isso pode ser comprovado por meio de dados que apontam que os municípios com projetos de irrigação reduziram em média 13% os índices de pobreza em relação àqueles que não contam com esse investimento.

Esta empresa pública federal transformou as regiões onde atua em um pólo de geração de riquezas, com a implantação de grandiosos perímetros de irrigação em uma área de aproximadamente 135 mil hectares, tornando a terra seca e improdutivo em área irrigada, ideal para agricultura, o que elevou o volume de exportações. Só no ano de 2010, as exportações de uva e manga atingiram 223 milhões de dólares, o que significa uma participação de 36% sobre o total das exportações brasileiras de frutas frescas.

Estima-se que no Brasil existam aproximadamente 4,6 milhões de hectares irrigados. Destes, pouco mais de 985 mil estão localizados na região nordeste, sendo cerca de 340 mil em áreas de projetos públicos de irrigação e cerca de 725 mil em propriedades privadas.

O desenvolvimento da agricultura irrigada no semiárido brasileiro é possibilitado pelo clima e solo propícios à utilização de técnicas de irrigação, permitindo o cultivo de diferentes produtos agrícolas e durante o ano todo.

A decisão de beneficiar a atividade irrigada na região do semiárido brasileiro por meio de investimentos ou subsídios públicos se justifica pelo potencial de desenvolvimento socioeconômico proporcionado, visando a redução da pobreza, sobretudo, pela criação de empregos permanentes.¹

A agricultura irrigada é possivelmente a atividade que mais gera empregos ao mais baixo custo. Estima-se que neste setor um novo posto de trabalho é gerado a um custo médio de US\$5.000 a US\$6.000. A média do custo em outros setores para geração de um novo emprego é de US\$44.000. Em setores como os de turismo, metalúrgico, automobilístico e químico, por exemplo, esse custo é de 18 a 44 vezes maior que na agricultura irrigada.²

Além disso, por ser, em regra, orientada para a produção de produtos de alto valor agregado, como frutas tropicais e hortaliças, a agricultura irrigada contribui para o

¹ O cálculo para se estimar o número de empregos gerados pela agricultura irrigada tem como parâmetro a proporção de um posto de trabalho *on farm* por hectare irrigado, e mais 1,5 postos de trabalho em atividades de suporte à agricultura irrigada ou à frente da sua cadeia produtiva. Por isso, considerando, a dimensão estimada do Programa (200 mil ha irrigados), estima-se que ele gerará em torno de 500 mil empregos.

² Cf.: (Banco Mundial, 2004), pp.29.

incremento do nível de renda da população, abrandando as condições de pobreza e mitigando o êxodo rural desordenado e seus malefícios.³

Estudo realizado pelo Banco Mundial sugere que há uma correlação positiva entre a presença de programas de irrigação nos municípios e a aceleração de seu desenvolvimento a partir da década de 1970. Foram comparados dados de 62 municípios localizados no semiárido, metade dos quais tendo recebido projetos de irrigação (Municípios com Irrigação - MCI), e outra metade não beneficiada pela política pública de incentivo à irrigação (Municípios sem Irrigação - MSI).

Os resultados variam de acordo com o tempo de maturação, o desenvolvimento de cadeias produtivas, a incorporação de novas tecnologias, a competência dos produtores rurais, e em função da atração de investidores e empreendedores privados em cada um desses projetos.⁴ Contudo, os dados levantados nos municípios pesquisados indicam que a agricultura irrigada impactou positivamente e de forma relevante o PIB per capita dos Municípios beneficiários e seu IDH, contribuindo para geração de empregos e melhoria das condições de vida da população não apenas onde foi efetivamente implantada, mas também em municípios vizinhos.⁵

Um indicador relevante é a taxa de pobreza dos MCIs comparada às dos MSIs. Ainda que, na década de 1970, todos apresentassem características semelhantes em termos de renda e desenvolvimento, em 2000 a taxa de indigência e pobreza em municípios que não se beneficiaram dos programas de irrigação parecia substancialmente maior do que nos municípios com acesso à agricultura irrigada.

	Municípios com Agricultura Irigada	Municípios sem Agricultura Irigada	Nordeste	Brasil
Indigência	4.5	11.5	7.8	2.9
Pobreza	35.9	45.2	36.8	21.5
Indigência + Pobreza	40.4	56.7	44.6	24.4

Fonte: Banco Mundial, Série Águas, vol. 5, 2004. Dados referentes a 2000.

Cabe também lembrar que os MCIs acabaram tornando-se destino de fluxos migratórios, o que impacta as análises de renda *per capita* da população ao longo dos anos. Enquanto, de 1970 a 2000, a população dos municípios não beneficiados por políticas de irrigação a taxa de crescimento populacional média foi de 0,48% ao ano, este percentual chegou a 2,19%, nos MCIs, superior à média nordestina (1,84%) e até mesmo à brasileira (2,09%). Ainda assim, há uma diferença substancial na taxa de crescimento do PIB destas regiões (e uma diferença menos acentuada no caso da renda *per capita*, pelo motivo

³ Cf.: (FRANÇA, 2001), pp. 17.

⁴ Cf.: (Banco Mundial, 2004), pp. 7.

⁵ Cf.: (Banco Mundial, 2004), pp., 38.

explicitado acima), conforme observamos na tabela abaixo, que mostra a taxa média de crescimento anual da renda destes municípios no período entre 1975 e 2000:

	PIB Total	PIB per capita
MCI (% ao ano)	6,43	1,021
MSI (% ao ano)	2,53	1,018

Fonte: Banco Mundial, Série Águas, vol.5, 2004.

Entre os municípios beneficiados por políticas de irrigação, alguns se sobressaíram. É o caso do polo de Petrolina e Juazeiro (caracterizado por fruticulturas, com maior valor agregado). As duas cidades passaram a ter mais de 100.000 habitantes no período entre 1975 e 2000, com as maiores taxas médias de crescimento populacional neste intervalo (4,43% em Petrolina e 3,65% em Juazeiro). As taxas de urbanização também constam entre as maiores (62,35% e 63,4%, respectivamente). Se considerados os investimentos realizados nos quatro perímetros irrigados do Pólo, observa-se uma Taxa média de Retorno de 22,8%. Ademais, as duas cidades (junto com o município de Mossoró) apresentam os maiores crescimentos de seu PIB *per capita* dentre as MCIs.

Ante todas essas evidências, o estudo do Banco Mundial sugere que municípios atingidos por políticas públicas de irrigação possuem maior capacidade de se desenvolver, beneficiando particularmente a população de baixa renda das regiões do semiárido brasileiro.

Além da irrigação, que de acordo com o Banco Mundial⁶ é a atividade mais efetiva na redução da pobreza em municípios propícios, a Instituição investe nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), executando ações de apoio à estruturação de aglomerados produtivos, em segmentos como piscicultura e pesca, apicultura, ovinocaprinocultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura, fruticultura, mandiocultura, oleaginosas, infraestrutura hídrica, saneamento básico, desenvolvimento florestal, turismo, artesanato, e agroindústria, dentre outras que promovem o desenvolvimento regional.

De 2004 a 2011, já foram aplicados aproximadamente R\$ 90 milhões em ações de apoio às atividades produtivas e R\$ 48 milhões em ações voltadas à revitalização das bacias hidrográficas por meio dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura nos vales do São Francisco e do Parnaíba.

Cita-se, ainda, o bem sucedido Projeto Amanhã, onde já foram investidos R\$ 7 milhões, e que capacitou mais de 16 mil jovens ao longo dos 16 anos de existência do projeto. O público-alvo são jovens na faixa etária compreendida entre 14 e 26 anos, em especial filhos de pequenos produtores assentados em perímetros de irrigação. O Projeto tem por escopo complementar as atividades educativas promovidas pelo ensino formal, promovendo a qualidade de vida da juventude rural e de sua família, por meio de capacitações profissionalizantes, palestras educativas e informativas, dias de campo, oportunizando a qualificação e a preparação para obtenção do primeiro emprego.

⁶ Análise realizada em municípios de atividades apoiadas com irrigação pública e municípios apoiados com outras atividades, segundo publicação do BIRD “Série Água Brasil – Vol. 5 – Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semiárido Brasileiro – 1ª Ed. – Brasília – 2004”.

Existem também os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, que são voltados ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de reprodução, larvicultura e alevinagem de espécies de peixes nativas da bacia do rio São Francisco e Parnaíba. Desde 2007, os centros já produziram cerca de 70 milhões de alevinos, desses 30 milhões de espécies nativas para ações de recomposição da ictiofauna do Velho Chico. Em razão dos centros, estima-se que foram beneficiados, direta ou indiretamente, mais de 200 mil pessoas.

De 2004 a 2011, já foram aplicados aproximadamente R\$ 90 milhões em ações de apoio às atividades produtivas e R\$ 48 milhões em ações voltadas à revitalização das bacias hidrográficas por meio dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura nos vales do São Francisco e do Parnaíba.

A Codevasf com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem executado ações de implantação de saneamento básico das cidades ribeirinhas, promovendo a revitalização dos rios São Francisco e Parnaíba e de seus afluentes, demonstrando seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, a Codevasf age em prol do controle social, da recuperação e prevenção de processos erosivos, da sustentabilidade do semiárido, do fortalecimento das cadeias produtivas, o que tem proporcionado melhor qualidade de vida às populações das duas bacias dos rios e, com isso, contribuído para diminuir o êxodo rural.

O trabalho de uma empresa pública como a Codevasf, que gera emprego e renda, deve ser reconhecido por toda a sociedade brasileira como o é pela sociedade que ela atende, pois promove o crescimento econômico e social do país. Esta Empresa tem elevado o vale do São Francisco como referência mundial em sua tecnologia de irrigação, credenciando-a a assumir novas responsabilidades como agente de desenvolvimento regional e executora de ações como o Programa Água para Todos (no âmbito do programa “Brasil sem Miséria”, do Governo Federal), que levará água de boa qualidade às comunidades ribeirinhas com a implantação de sistemas simplificados de abastecimento, contribuindo para melhoria da saúde da população.

O Programa Água para Todos é uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, tendo a CODEVASF como órgão executor em toda a sua área de atuação, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Busca atender prioritariamente, as populações de baixa renda residentes em localidades rurais do semiárido brasileiro.

Com o compromisso de garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo a convivência com o semiárido a partir da sustentabilidade ambiental, o Programa Água para Todos beneficiará diretamente mais de 9.500.000 pessoas, ampliando suas ações para garantir o acesso à água de qualidade nas comunidades difusas do semiárido, onde a Codevasf terá um papel significativo em sua execução.

Outro projeto desenvolvido pela Codevasf é a Hidrovia do São Francisco, situada no trecho entre Ibotirama/Bom Jesus da Lapa e Petrolina/Juazeiro, contemplada com recursos do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba, com objetivo de manutenção e recuperação de margens de 609 quilômetros de leito navegável. A Codevasf já vem realizando algumas ações para viabilização do empreendimento como: desenvolvimento de novo modelo de gestão colaborativa de hidrovia pelo Banco Mundial e proteção de barrancas pela Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (CERB), além da revitalização e recuperação de margens no campo de provas em Barra (BA), em parceria com o Exército Brasileiro; monitoramento desse campo de provas pelo Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE), este último, concretizado após Acordo de Cooperação Técnica, assinado em dezembro de 2011, para consultoria visando ao controle de processos erosivos, garantia de navegabilidade e contenção de margens. O acordo tem validade de três anos. O investimento total será de US\$ 3,8 milhões. A hidrovia será importante instrumento para atrair investidores para a região do semiárido e ajudar a viabilizar os projetos de irrigação voltados para as *commodities*, sobretudo no ramo de grãos e líquidos, como o etanol, que precisam de um transporte competitivo, no caso específico, a hidrovia.

Como reconhecimento da excelência do seu trabalho, a área de atuação da Codevasf tem crescido nos últimos anos, a exemplo da Lei nº 12.040/2009 que acresceu os Estados do Ceará, vale do rio Mearim, e Maranhão, vale do rio Itapecuru. E ainda, tramitam na Câmara dos Deputados inúmeros Projetos de Leis visando o crescimento desta Empresa no território brasileiro, cita-se os PLs 2351/2011 e 1479/2011, que acresce os vales dos rios Jequinhonha e Mucuri, no Estado de Minas Gerais, o PL 7192/2010 que inclui os vales dos rios Tocantins, Munim, Pindaré, Gurupi, Turiaçu, Grajaú e Pericumã, no Estado do Maranhão.

Ao se cercar das informações condizentes com a realidade, conclui-se pela imprescindibilidade do funcionamento desta empresa pública, que tanto contribui para o desenvolvimento do país, atuando na redução da desigualdade social.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos, fornecimento de materiais informativos, bem como uma apresentação com a finalidade elucidar a importância desta Companhia.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar o livro “CODEVASF 35 anos: uma história de trabalho e desenvolvimento”, revista promocional e CD, contendo apresentação institucional e mapa da área de atuação da empresa.

GUILHERME ALMEIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA
Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba –
CODEVASF

A/C Cópia Colunista J.R. Guzzo